

Portaria nº 120, de 16 de novembro de 1995

O Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, no uso das atribuições previstas no art. 24, incisos I e III da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, e no art. 83, inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial GM/Minter nº 445, de 16 de agosto de 1989, tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965¹, no seu artigo 26 e da Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993², e ainda:

Considerando que a espécie florestal mogno *O macrophylla* está incluída no anexo III da CITES — Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, a qual exige uma certificação de nacionalidade;

Considerando a necessidade de adaptar os procedimentos adotados para a exportação de madeira de mogno da espécie *Swietenia macrophylla*, na certificação de nacionalidade, resolve:

Art. 1º. Determinar a utilização da Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF, Tarja Verde, para a madeira serrada e laminada do mogno *Swietenia macrophylla*, destinada à exportação.

Art. 2º. A ATPF será fornecida pelo Ibama ao exportador, com todos os campos preenchidos, conforme instrução contida no verso das vias e com os dados constantes do documento fiscal, referente ao volume da madeira exportada de mogno, exceto o campo 8 que deverá constar o código da Unidade/Subunidade emitente.

Art. 3º. O campo 20 da ATPF deve conter a identificação e a assinatura do servidor do Ibama, responsável pelo controle de exportação, no porto de embarque.

Art. 4º. No campo 21 da ATPF deve ser aposto o Carimbo Padronizado “Carimbo de Certificação de Origem — CITES”, conforme modelo apresentado no anexo I.

¹ Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág. 60, neste Tema.

² Vide Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993, pág. 226, neste Tema.

Art. 5º. Nas situações em que na Nota Fiscal de exportação conste outras espécies além do mogno, deve ser emitida a ATPF para o volume do mogno e o carimbo padronizado modelo 02, instituído na Portaria nº 44-N/93, para o restante do volume da madeira.

Art. 6º. A 1ª via da ATPF deve acompanhar a madeira até o destino constante da Nota Fiscal, ficando em poder do importador.

Art. 7º. A 2ª via da ATPF deve ser devolvida pelo exportador à Unidade que controla o seu registro, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao vencido, devidamente relacionada na Ficha de Controle Mensal, conforme modelo apresentado no Anexo II da Portaria nº 44-N/93.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Raul Belens Jungmann Pinto
Presidente

(DOU de 16.11.95)

ANEXO I

CERTIFICAÇÃO DE ORIGEM — CITES

CERTIFICATE OF ORIGIN

(Art. V Paragraph 3 — CITES)
Valid only for mahogany exportation
Issuing Authority

CITES/IBAMA/BRAZIL